

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA EM ESCOLA PÚBLICA

Katia Regis da Silva Sousa¹; Kercia Mirely Vieira Costa²; Monalisa Frederico de Menezes³;
Priscila de Araújo Formiga⁴; Leconte de Lisle Coelho Junior⁵. (orientador)

¹Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande - PB. E-mail: katiaregis22@gmail.com

²Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande - PB. E-mail:kerciamirely@hotmail.com

³Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande – PB. E-mail:monafmenezes2@gmail.com

⁴Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande – PB.E-mail:priscilaformiga1@hotmail.com

⁵Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande- PB. E-mail:lecontecoelho@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se deu a partir de intervenções acerca da temática: *A violência contra a mulher*, tendo como objetivo geral proporcionar o conhecimento para os alunos através do aporte teórico e prático, bem como apresentar as vivências de algumas mulheres e os diferentes tipos de violência e suas especificidades, logo suas possíveis consequências e soluções também, dessa forma auxiliar na diminuição nos casos da violência contra a mulher, ou que quando ocorridos que sejam notificados às instituições responsáveis para possíveis providências. A intervenção se deu através de atividades elaboradas como roda de conversa, encenação, vídeos, dinâmicas e palestra, no qual evidenciou-se os prejuízos ocasionados pela violência contra a mulher, tanto na esfera biológica, quanto psicológica, trazendo consigo inúmeras marcas nas histórias das mulheres que já vivenciaram essa violência. Pelo qual se deu através de quatro visitas numa escola municipal, aos alunos do Ensino de Jovens e Adultos – EJA. Dentre os resultados que foram obtidos nas intervenções realizadas, pode-se compreender a importância de oferecer conhecimentos, e por fim, desenvolver uma postura mais consciente diante dessa problemática social.

Palavras chave: Violência Contra a Mulher, Tipo de violência, Problemática Social.

INTRODUÇÃO

Historicamente a mulher sempre esteve à sombra dos homens, sendo este o senhor da casa enquanto ela tinha como dever principal o cuidado dos filhos, diante disso a relação entre homens e mulheres têm mostrado caráter de dominação, sendo designado para a mulher a condição de submissão, retratada em obediência, reprodução, fidelidade, cuidadora do lar e da educação dos filhos. (MONTEIRO; SOUZA 2007).

No entanto a mulher adquiriu sua independência através da sua participação nos movimentos feministas e em articulações políticas, que resultaram na conquista de alguns direitos civis, políticos e sociais como o direito a educação, a votar e ser votada, ao trabalho fora de casa, a regulamentação do trabalho feminino, a equiparação salarial entre os gêneros, o direito a admissão no serviço público, a participação na prática de esportes, a aprovação da lei do divórcio, o acesso aos métodos contraceptivos dentre outros adquiridos pelas mulheres

no Brasil. Com isso houve uma evolução da sociedade, a mulher passou a se sobressair, passou a trabalhar fora de casa, a estudar e ter direitos, porém mesmo vivendo em uma sociedade moderna ainda nos deparamos com situações machistas os quais o homem permanece tendo o poder, ver na agressão física ou verbal uma forma de diminuir a mulher. (SOUSA, 2016).

Para a proteção de mulheres que sofrem violência muitas organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde OMS, Organização Pan-americana da Saúde, Associação Médica Americana tem divulgado elevadas prevalências da violência por parceiros íntimos, episódios de violência muitas vezes graves, expressando a desigualdade nas relações de gênero. As repercussões se estendem a saúde física, psicológica e reprodutiva das mulheres e podem permanecer mesmo quando não mais ocorre. (BEZERRA FILHO, 2015).

A violência contra mulher é algo ainda bastante encontrada na sociedade brasileira atual, mais pouco relatado por suas vítimas. Ao se expor essa temática pode-se descobrir algumas características decorrentes dessas agressões como maus tratos, agressões físicas ou verbais, entre outras realizadas por cônjuge, ex-namorado ou até mesmo progenitores. Caracteriza-se de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo, caracterizando a violência física, até formas mais sutis, porém não menos importantes, como a violência psicológica, que traz danos significativos à estrutura emocional da mulher. (LUCAS; FONSECA, 2006).

Nesse sentido esse tipo de violência se dá por diferentes formas, violência física, psicológica e verbal. A maioria dos estudos tem como objetivo apenas a violência física. Em 48 pesquisas de bases populacionais realizadas no Mundo entre 10% e 69% das mulheres relataram ter sofrido ao menos algum episódio de violência física pelo parceiro durante a vida. Segundo o Sousa (2012), a proporção das agressões é bem maior em seus lares com um percentual de 64,4%, onde os homens ficam com um percentual de 46,4%, isto considerando todas as faixas etárias e considerando apenas o ano de 2013. É necessário considerar também que o maior percentual, se dá para os parceiros (relação com a vítima), com um total de 22,6%. No mais, a taxa de homicídios na Paraíba vem aumentando, a diferença de 2006 para 2013, é de 3,1%.

A violência vivida pelas mulheres tem tido uma prevalência e mais que isso, vem crescendo gradualmente a cada ano, em toda parte presenciamos direta ou indiretamente algum tipo de agressão, seja ela física ou psicológica, porém violências como espancamento, estupro, abusos, assédio, e a prática sexual não consensual é considerada em muitas culturas como dever da esposa em se calar diante dessa situação. A violência física é acompanhada da psicológica.

Normalmente, as agressões iniciam-se de modo sorrateiro, podendo evoluir para a física, ou até mesmo para os homicídios. A agressão psicológica é considerada como todo e qualquer abuso não manifesta fisicamente, mas de modo verbal. Esse tipo de agressão é comum não somente por parte dos companheiros dessas mulheres, mas até de outras pessoas que possuem algum tipo de poder. Nesse sentido é comum que em seus lares, elas sofram algum tipo de humilhação, ou algum tipo de proibição de viverem suas vidas de modo confortável, onde são privadas do direito de liberdade, ou seja, do direito do ir e vir. Já a agressão física, quando ocorre já existiu a psicológica. Nesse tipo de agressão, encaixa-se, desde o abuso sexual até outros tipos de atos concretos como tapas, socos, empurrões, entre outros, estendendo-se até para homicídios.

Os tipos de violência mais encontrados são: violência emocional: dar-se através de ameaças na frente de amigos ou familiares, fazer com que a mulher se sinta inútil ou com medo; violência social: manter a mulher trancada, sem poder ter contato com amigos e familiares; violência física: como queimaduras, esmurrar, amordaçar, torturas, qualquer ato que venha deixar hematomas ou ferimentos no corpo; violência sexual: forçar atos sexuais não desejados ou qualquer ameaça de cunho sexual a exemplo do estupro; violência patrimonial: fazer com que a mulher entregue suas finanças por meio de ameaças, querer justificativas de seus gastos, retirar totalmente o qualquer direito de recursos financeiros da mulher; violência psicológica: a violência psicológica é tão rigorosa quanto à física, pois deixam marcas de medo, baixa autoestima, pânico, causam danos à identidade, e ao desenvolvimento pessoal, tais problemas são causados por chantagens, desvalorização e proibições.(BRASIL, 2006).

De acordo com Brasil (2006) foi criada a lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha foi fundada para eliminar qualquer ato de violência e discriminação contra as mulheres e punir qualquer ato como mencionado nos parágrafos acima e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) que tem o objetivo de punir os agressores, e revogar os direitos da mulher. Segundo o esta definido em seu artigo Art. 2º:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006).

Mesmo com a garantia da punição a mulheres que não denunciam seus companheiros por medo de punições mais severas, por apresentarem dependência emocional ou financeira.

Diante dessa perspectiva, resta-nos o anseio de que com os anos, venha também a conscientização, e não um aumento desse tipo de criminalidade.

Diante disso as autoras Leite e Noronha (2015) nos trazem a reflexão que a mulher sofreu com o preconceito por ser considerada inferior ao homem, seja por sua capacidade física, pela maternidade que a deixava em alguns períodos vulneráveis, pelas atividades que desempenhavam. Com isso a violência contra mulher trata-se de uma grande questão social que precisa ser abordada, pois muitos casos não são notificados e ainda existem mulheres que por vezes não tem conscientização sobre seus direitos trazendo assim como aceitação e submissão a agressão como se fosse um fato normal. Dessa forma percebe-se a necessidade de criar espaços de conversas sobre o tema, visando à promoção de conhecimento, conscientização dos direitos e garantia da saúde da mulher.

Nesse sentido esse artigo tem como objetivo proporcionar o conhecimento para os alunos através do aporte teórico e prático, bem como apresentar as vivências de algumas mulheres e os diferentes tipos de violência e suas especificidades, logo suas possíveis consequências e soluções também, dessa forma auxiliar na diminuição nos casos da violência contra a mulher, ou que quando ocorridos que sejam notificados às instituições responsáveis para possíveis providências.

METODOLOGIA

Diante da problemática social vivenciada por muitas mulheres, observou-se a necessidade de promover o conhecimento através do aporte teórico e prático de vivências de algumas mulheres. Foi realizado um estudo bibliográfico dos conceitos de violência contra as mulheres, onde estavam contidos os tipos de violência, a Lei nº 11.340/ 2016, conhecida como Lei Maria da Penha que garante o direito da mulher e por fim as consequências físicas, psicológicas e sociais para a construção do projeto de intervenção visando um melhor entendimento sobre o assunto abordado. A prática foi composta de quatro visitas:

No encontro inicial a equipe composta por quatro estudantes de psicologia de uma instituição de ensino superior privada de Campina Grande foi conhecer o ambiente, e em contato com a diretora da instituição de ensino, apresentou o projeto e seus objetivos, no qual foi aceito pela gestora que disponibilizou algumas datas para as intervenções.

No segundo encontro teve-se a apresentação às turmas do EJA, dessa forma os alunos tiveram a oportunidade de se apresentar, sendo possível compreender o perfil dos alunos que participaram das intervenções. Dessa forma realizou-se a exposição do projeto no qual abriu o

diálogo da cerca da temática abordada para os alunos, através da roda de conversa. De forma dinâmica apresentou-se através de uma encenação uma situação de violência contra a mulher e um vídeo com depoimentos de mulheres que sofreram agressões dos seus companheiros e as consequências positivas da denúncia.

Na terceira visita desenvolveu-se uma dinâmica com a turma na qual foi levada uma árvore desenhada em uma cartolina onde se pediu para escreverem em um papel as possíveis causas da violência e foram coladas no caule da árvore, em seguida foram entregues novos papéis e foi pedido para que escrevessem as consequências e por fim os frutos seriam as soluções ideais para pôr fim às agressões.

Na quarta visita houve uma preparação para o fechamento das intervenções, realizou-se uma ampliação do projeto através da comemoração do dia das mães no qual teve-se a oportunidade de trazer uma reflexão sobre a valorização da mulher na sociedade e seus a garantia de seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência contra a mulher não distingue raça, idade, religião, classe social ou cultura, segundo Silva et.al (2013). Por vezes silenciosa, por vezes ostensiva, traz consequências biopsicossociais às vítimas. Constituindo-se um grave problema de saúde pública, que exige um olhar diferenciado de profissionais e, principalmente, do Poder Público.

No segundo encontro por meio de um o diálogo da cerca da temática abordada para os alunos, sendo discutido os avanços que a mulher alcançou e os desafios que enfrentam que com essa violência desenfreada vivenciada. De acordo Sousa (2012) a ascensão da mulher seja ela no mercado de trabalho ou assumindo na troca de papéis no seio familiar antes ocupado apenas por homens, desse modo fazendo com que essa mudança de paradigma em relação ao homem deixa-o desestabilizado psicologicamente e sócio culturalmente fragilizado. Isto é, o homem pós-moderno se encontra numa possível crise de identidade. É visto, pois que a eterna dominação masculina hoje é discutida e questionada em outros discursos. Não só essa dominação, mas também os espaços sociais e os direitos que as mulheres já obtiveram, isso com certeza recai diretamente sobre questões do masculino (SOUSA, 2012).

Em seguida utilizou-se uma encenação em que mostrou uma situação de violência contra a mulher, na qual ficou explícito a postura do homem com comportamentos violentos e da mulher submissa e atemorizada. Após a encenação, foi apresentado um vídeo com

depoimentos de mulheres que sofreram agressões dos seus companheiros e as consequências positivas da denúncia.

Os alunos se mostraram atentos e participativos em todo o momento, discutindo o tema e relatando suas experiências familiares e os tipos de violência sofridas em seus lares ou com pessoas próximas. De acordo com Silva et al. (2013) é comum que, em qualquer forma de manifestação, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, a violência contra a mulher decorra de relações de gênero. Desse modo existe uma naturalização superioridade de gênero masculino sobre o feminino, sendo este um fator sociocultural dando visibilidade ao homem a uma posição de autoridade sobre a mulher, oprimindo-a, dominando-a, agredindo-a e até mesmo assassinando-a.

Atualmente vem acontecendo uma desconstrução do referido processo, pela crescente autonomia feminina, decorrente da maior escolaridade e profissionalização, que pode ser percebida pelos homens como uma ameaça à hierarquia culturalmente instituída, desencadeando a violência. (LEITE; NORONHA 2015).

Na terceira visita realizamos uma dinâmica com a turma na qual levamos uma árvore desenhada em uma cartolina onde pedimos para escreverem em um papel as possíveis causas da violência e foram colados no caule da árvore, em seguida entregou-se novos papéis e foi pedido para escreverem as consequências e por fim os frutos seriam as soluções ideais para pôr fim às agressões.

Durante essa intervenção os alunos se mostraram motivados no qual puderam escrever nos papéis o que foi proposto enfatizando as formas de enfrentamento quanto à problemática. Nesse contexto vale enfatizar a exclusão da sociedade, pois os motivos que levam as vítimas não denunciarem são vastos, estas, muitas vezes precisam de ajuda de terceiros para livrar-se do agressor. Talvez um dos motivos dessa indiferença da população é ter alguns conceitos preconcebidos tais como falas prontas da sociedade: *“ela está com ele por que quer”*; *“gosta de apanhar”*; *“briga de marido e mulher ninguém mete a colher”*. Visto que na maioria das denúncias os agressores têm algum tipo de relacionamento com a vítima, seja esposo, namorado, amante entre outros. As pessoas ao redor das vítimas podem até perceberem os sinais da violência contra a mulher, seja de qualquer tipo, porém o que ocorre é que essa vítima está fragilizada e os danos que lhe foi acarretado não lhe permite visualizar a saída em muitos casos, então algumas não conseguem se implicar com atitude de mudança, ou por medo ou qualquer outra ordem de sua subjetividade. (FABENI et.al, 2015).

Outro fator interessante apontado pelo governo do Brasil e os dados do disque 180 - central de atendimento à mulher, registrou 2.132 atendimento a mulheres com diversos tipos

de agressão, só no período do carnaval em 2017. Acredita-se que esse fato fica oculto nessa época festiva por uma visão de que nessa festa “vale tudo”. Compreendendo a margem em números que o carnaval aponta sobre a violência contra a mulher, é possível perceber um gritante pedido de socorro da população feminina, não pela festa em si, mas pela violência ocorrer no cotidiano, porém sendo dissimulada de alguma forma. (BRASIL, 2017).

Na quarta visita houve a ampliação do projeto, sendo possível falar para as mães dos alunos a sua valorização diante da sociedade e sua garantia de direitos. De acordo com Brasil (2013) a igualdade de gênero o enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, a ser respeitada em suas especificidades e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situações em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal.

Como afirma Rocha (2017) há desigualdade entre homens e mulheres, mas há ainda mais discriminação e invisibilidade caso elas sejam pobres, negras, indígenas, lésbicas, “trans”, ou de baixa escolaridade. Como abordado no parágrafo acima as mulheres sejam elas de qual forma for sofrem desigualdade, humilhações, e agressões pôr a sociedade machista entender como se fossem inferior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar da violência contra a mulher é importante ressaltar a percepção que a sociedade tem acerca disso, assim como a omissão dessa mesma sociedade. Algumas pesquisas demonstram que depois da Lei Maria da Penha citada anteriormente, ocorreu aumento significativo de denúncias, mas também ainda existem muitas omissões por parte das vítimas e dos próprios familiares que os cercam.

Durante as intervenções foi possível retratar a construção histórica da evolução e conquistas das mulheres na garantia de direitos e igualdade social, proporcionando uma construção de novas percepções sobre esta mulher que vem passando por fases de empoderamento.

Entendendo que é dever do Estado e uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

Por fim, acredita-se que ações psicoeducativas tendem a favorecer uma melhor qualidade de vida as estudantes, visando clarificar acerca de problemáticas sociais que devem ser trabalhadas por vezes a fim de gerar uma maior consciência para a população como também promover um senso crítico sobre os direitos e deveres civis, estimulando uma sociedade de respeito a outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Cidadania e Justiça**. Violência contra a mulher, 2017. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/mais-de-mil-relatos-de-violencia-fisica-contra-a-mulher-foram-registrados-no-carnaval>> Acesso: em 10 jul. 2018.

BRASIL, **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areastematicas/violencia/?searchterm=enfrentamento>>. Acesso: em 27 ago. 2018.

BRASIL, **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso: em 27 ago. 2018.

BEZERRA FILHO J. G. et. al. **Acidentes e Violência**: uma abordagem interdisciplinar - Fortaleza: EDUECE, 2015. Disponível em: <<http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Acidentes%20e%20Violencia.pdf>> Acesso: em 25 jul. 2018.

FABENI, L. et.al. O discurso do "amor" e da "dependência afetiva" no atendimento às mulheres em situação de violência. **Revista do NUFEN**, 7(1), 32-47, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912015000100003&lng=pt&tlng=pt.> Acesso: em 03 ago. 2018.

FONSECA, P. M; LUCAST. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. 24 f.Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia).Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências-Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2006. Disponível em:<<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>> Acesso: em 08. Set.218.

LEITE, R. M.; NORONHA, R. M. L. A violência contra a mulher: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas. **Revista Direito e Dialogicidade**, Crato, vol.6 , n.1, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/959-3132-1-PB.pdf> Acesso: em 08.set.2018.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto e contexto-enfermagem**, Florianópolis , v. 16, n. 1, p. 26-31, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 03 ago. 2018.

ROCHA R. L. As marcas da violência. **Revista RADIS FIOCRUZ**, Rio de Janeiro,n.181 p.3 out, 2017. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/181/editorial/marcas-da-violencia>> Acesso: em 31 ago. 2018.

SILVA C.D et.al. Epidemiologia da Violência Contra a Mulher: Características do Agressor e do Ato Violento.**Revista de enfermagem UFPE online**, Recife,7(1):8-14, jan., 2013. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/viewFile/3554/pdf_1782>Acesso:em 30 ago. 2018.

SOUSA, P. A. S. **Representações do masculino no imaginário de gênero musical forró**. 2012. 37 f.Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Campina Grande, 2012. Disponível em:<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3076/1/PDF%20%20Patrick%20Anderson%20da%20Silva%20Sousa.pdf>>Acesso:em 31 ago. 2018.